



**AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO E AO ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A)
DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI, ESTADO DE SÃO PAULO.**

P.E. - Edital nº. 013/2023
Proc. Adm. nº. 021/2023

MS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.724.740/0001-94, com sede na Rua 32, nº 43 – Bairro Centro, na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14.780-130, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35.232.204.984, por meio de seu único representante legal e sócio, **LIVIA BRANCO CORRÊA SILVA**, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, empresária portadora da Carteira de Identidade RG Nº 43.915.581-2SSP/SP e inscrita no CPF (ME) sob o nº 308.750.628-14, residente e domiciliada na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Alameda Canadá nº 1.416, bairro City Barretos, CEP 14.784-015, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, formular a presente **IMPUGNAÇÃO** às disposições do instrumento convocatório, aduzindo, para tanto, as razões fáticas e jurídicas adiante expostas.

1. TEMPESTIVIDADE

Conforme prescrição contida no item 5.1 do Edital, a impugnação deverá ser ofertada no prazo de até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, bem como na forma prevista no Art. 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019.



No caso em tela, a data estipulada para abertura da sessão pública é o dia 9 de março de 2023, quinta-feira, o que fixa o dia 6 do mesmo mês, segunda-feira, como termo *ad quem* para apresentação da presente peça impugnatória.

Portanto, ofertada nesta data, é incontestável sua tempestividade.

2. DA LICITAÇÃO

DA VEDAÇÃO À PREFERÊNCIA POR MARCA. EXIGÊNCIA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CUMULADAS ATENDIDAS APENAS POR UMA EMPRESA.

Foi deflagrado procedimento licitatório para aquisição de itens utilizados na manutenção de feridas, conforme especificações estabelecidas no Edital e nos seus anexos.

Nesse desiderato, foi publicado o Edital correlato e a ora impugnante, interessada em participar do certame, analisou os termos e condições de disputa e verificou que o Edital, ao elencar as especificações técnicas dos itens 9, 10, 14, 15 e 17, exige características que prejudicam a competitividade, pois as particularidades especificadas em cada item beneficiam apenas uma empresa.

Vejamos:

ITEM 9 - HIDROGEL TRANSPARENTE/INCOLOR, PRODUTO NÃO ESTÉRIL, COMPOSTO POR ÁGUA PURIFICADA, ÁCIDO BÓRICO E CARBOXIMETILCELOULOSE SÓDICA E ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, TRIETANOLAMINA, HIDANTOÍNA E SORBATO DE POTÁSSIO E CARBÔMERO 940, QUE GARANTA A ESTABILIDADE POR ATÉ 28 DIAS APÓS ABERTO. HIDROATIVO E ABSORVENTE, HIDRATA A FERIDA E AGILIZA O DEBRIDAMENTO AUTOLÍTICO DO TECIDO NECRÓTICO. O PRODUTO NÃO PODE TER CONTRAINDICAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE FERIDAS EM BULA. **TUBO DE 85G COM TAMPA FLIP-TOP**, DEVIDAMENTE IDENTIFICADA COM DADOS DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MS.

ITEM 10 - COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, MACIA, DE COR LEVEMENTE ACINZENTADA, DE MATERIAL NÃO - TECIDO, EM PLACA COM DUAS CAMADAS, COMPOSTA POR 100% DE FIBRAS DE CMC, **CONCENTRAÇÃO DE 1,2% A 1,5% DE PRATA IÔNICA**, CLORETO DE BENZETÔNIO E EDTA (ÁCIDO ETILENODIAMINO TETRAACÉTICO). COM **COSTURAS DE CELULOSE REGENERADA NO SENTIDO HORIZONTAL E VERTICAL**, PODE SER RECORTADA EM QUALQUER DIREÇÃO. AUXILIA NO TRATAMENTO DE FERIDAS INFECTADAS OU COM RISCO DE INFECÇÃO. COM A CAPACIDADE DE ABSORVER GRANDES QUANTIDADES DE EXUDATO, FORMA UM GEL MACIO E COESO QUE SE ADAPTA A SUPERFÍCIE DA FERIDA, PREENCHENDO OS MICROCONTORNOS E FORMANDO UM MEIO ÚMIDO QUE AUXILIA NA REMOÇÃO DE TECIDOS DESVITALIZADOS (PROMOVENDO DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO) E

MS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

Rua 32 Nº 43 – BOX 7 E 8 Barretos – São Paulo CEP: 14780-130 – Fone: (17) 3324 6444 CNPJ:
05.724.740/0001-94 IE: 204.029.282.113 – e-mail msdistribuidorabtos@gmail.com



NA EVOLUÇÃO DA CICATRIZAÇÃO, COMBATENDO O BIOFILME. A ABSORÇÃO É REALIZADA VERTICALMENTE E A COBERTURA FAZ RETENÇÃO. INDICADA PARA FERIDAS AGUDAS E CRÔNICAS COM OU SEM PRESENÇA DO BIOFILME. TAMANHO 10 X 10 CM. - REGISTRO NO MS.

ITEM 14 - CURATIVO HIDROCOLÓIDE COM ESPUMA DE POLIURETANO COM ESPESSURA HOMOGÊNEA DE BORDA A BORDA, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 3 MM E MÁXIMA DE 6 MM, PRODUTO ESTÉRIL, COMPOSTO POR UMA CAMADA INTERNA COM 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CMC SÓDICA), POLISOBUTILENO E POLÍMEROS ELASTOMÉRICOS ADICIONADOS A FÓRMULA PARA CONTROLE DA FORMAÇÃO DO GEL. COM UMA CAMADA DE EXTERNA DE ESPUMA DE POLIURETANO QUE OFERECE UMA BARREIRA BACTERIANA-VIRAL COMPROVADA EM BULA. SEM ALGINATO DE CÁLCIO E OUTROS COMPONENTES. APRESENTAÇÃO EM PLACAS DE 20 X 20 CM, CAIXA C/ 05 UNIDADES. DEVERÁ CONSTAR O NÚMERO DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ITEM 15 - CURATIVO ESTÉRIL DE ESPUMA, CONSTITUÍDO POR UMA CAMADA EXTERNA IMPERMEÁVEL DE FILME DE POLIURETANO COM BARREIRA VIRAL E BACTERIANA QUE CONTROLA A TRANSMISSÃO DE VAPOR DA UMIDADE PROVENIENTE DO EXSUDATO ABSORVIDO PELO CURATIVO E UMA ALMOFADA CENTRAL COM CAMADAS ABSORVENTES. A ALMOFADA CENTRAL ABSORVENTE É COMPOSTA POR UMA CAMADA DE ESPUMA DE POLIURETANO E UMA CAMADA EM CONTATO COM O LEITO DA FERIDA DE 100% FIBRAS DE CARBOXIMETILCELULOSE COM 1,2% DE PRATA IÔNICA. SEM ADESIVO. EM FORMATO QUADRADO. INDICADO COMO CURATIVO PRIMÁRIO OU SECUNDÁRIO. TAMANHO 15 X 15 CM.

ITEM 17 - CURATIVO ESTÉRIL DE ESPUMA, CONSTITUÍDO POR UMA CAMADA EXTERNA IMPERMEÁVEL DE FILME DE POLIURETANO COM BARREIRA VIRAL E BACTERIANA QUE CONTROLA A TRANSMISSÃO DE VAPOR DA UMIDADE PROVENIENTE DO EXSUDATO ABSORVIDO PELO CURATIVO E UMA ALMOFADA CENTRAL COM CAMADAS ABSORVENTES. A ALMOFADA CENTRAL ABSORVENTE É COMPOSTA POR UMA CAMADA DE ESPUMA DE POLIURETANO E UMA CAMADA EM CONTATO COM O LEITO DA FERIDA DE 100% FIBRAS DE CARBOXIMETILCELULOSE COM 1,2% DE PRATA IÔNICA. CONTÉM BORDAS DE ADESIVO DE SILICONE. EM FORMATO SACRAL. INDICADO COMO CURATIVO PRIMÁRIO OU SECUNDÁRIO. TAMANHO 20 X 16,9 CM.

Constata-se, contudo, que a exigência cumulativa das **especificações dos itens destacados somente poderá ser atendida pela empresa Convatec**, implicando clara preferência por marca e alijamento da oferta de outros produtos manufaturados por outras empresas, à guisa de qualquer justificativa técnica que assim dispusesse, o que é vedado pelo ordenamento jurídico.

A título de exemplo, citamos os descritivos da Convatec, comprovando o direcionamento dos produtos, conforme anexos e apresentação comercial abaixo, referente aos itens 9, 10, 14, 15 e 17, respectivamente:

ITEM 9

Apresentação Comercial

SAF-GEL[®] é apresentado em tubo contendo 85 g, na seguinte embalagem de venda:

Tubo de 85 g: caixa com 1 tubo

Código 145730/1197964

- A empresa Convatec é a única capaz de fornecer Tubo de 85g com Tampa Flip-Top.

ITEM 10

Apresentação Comercial

AQUACEL Ag+ Curativo Antimicrobiano De Hydrofiber com Prata e Fibra de Reforço

- A empresa Convatec é única de concentração de 1,2% a 1,5% de prata iônica, com costuras de celulose regenerada no sentido horizontal e vertical.

ITEM 14

Apresentação Comercial

AQUACEL Ag+ Curativo Antimicrobiano De Hydrofiber com Prata e Fibra de Reforço

- A empresa convatec é a única hidrocoloide com espuma de poliuretano com espessura homogênea de borda a borda, com espessura mínima de 3 mm e máxima de 6 mm, sem alginato de cálcio e outros componentes

ITEM 15

Apresentação Comercial

AQUACEL AG FOAM Curativo Antimicrobiano Não Adesivo de Espuma com tecnologia Hydrofiber

- A empresa convatec é única almofada central com camadas absorventes. a almofada central absorvente é composta por uma camada de espuma de poliuretano e uma camada em contato com o leito da ferida de 100% fibras de carboximetilcelulose com 1,2% de prata iônica



ITEM 17

Apresentação Comercial

Aquacel FOAM Pro Curativo Adesivo de Espuma e Tecnologia Hydrofiber Estéril

- A empresa convatec é única almofada central com camadas absorventes. a almofada central absorvente é composta por uma camada de espuma de poliuretano e uma camada em contato com o leito da ferida de 100% fibras de carboximetilcelulose com 1,2% de prata iônica. contém bordas de adesivo de silicone. em formato sacral. indicado como curativo primário ou secundário. tamanho 20 x 16,9 cm.

O resultado dessas exigências é que o Edital termina por inserir restrição incompatível com os princípios inerentes às contratações efetuadas pelo Poder Público, por meio de pregão, todos insertos na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 3º:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da **igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências** ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (...) (Grifos nossos)

Salienta-se que, ao exigir que os itens sejam fornecidos com atendimento destas determinadas especificações, as quais somente poderão ser atendidas por uma única empresa, **sem qualquer justificativa para tanto**, impede-se que outros licitantes ofertem seus produtos, os quais atingiriam exatamente o mesmo resultado esperado, ou até mesmo melhor, por esta respeitada Administração Pública, que é o cuidado e manutenção no tratamento de feridas agudas ou crônicas de qualquer etiologia de

moderado a intenso exsudato, com infecções locais ou profundas, dos usuários do Ambulatório de Ferimentos da Secretaria de Saúde de Birigui.

O Edital diverge do disposto na Lei do Pregão nº. 10.520/02, pois nesta consta que os bens e serviços os quais poderiam ser licitados pela Administração Pública na modalidade Pregão devem ser somente os bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente caracterizados em Edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

Prevê o art. 1º da Lei Federal nº 10.520/2002, a qual instituiu em nosso ordenamento jurídico a modalidade Pregão:

“Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”

O certame tem como princípio basilar a isonomia entre os licitantes, buscando ainda a máxima competitividade, com o fim de alcançar a proposta mais vantajosa à Administração Pública. Sendo assim, é vedada exigências editalícias que apenas impedem a participação de empresas na licitação, ferindo o princípio da isonomia, conforme ensina o professor Marçal Justen Filho¹:

“Não se admite, porém, a discriminação arbitrária, produto de preferências pessoais e subjetivas do ocupante do cargo público. A licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do contratante.”

“Assim, o ato convocatório viola o princípio da isonomia quando: a) estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação; b) prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração; c) impõe requisitos desproporcionados com necessidades de futura contratação; d) adota discriminação ofensiva de valores constitucionais ou ilegais.”

“Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar particulares. (...) A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração.” (grifos nossos)

¹ FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 8ª edição, Dialética – 2001, págs.60, 61 e 78.



Neste sentido, também nos ensina mestre Adilson Abreu Dallari em sua obra Aspectos Jurídicos da Licitação com relação à elaboração dos editais afirma “que o essencial é que não se incluam cláusulas de favorecimentos ou de discriminação em favor ou contra determinados interessados.”

E mais adiante à página 107, o ilustre autor continua:

“O edital é um instrumento de chamamento, e deve servir para trazer pessoas, e não para impedir que pessoas que efetivamente poderiam contratar se afastem da licitação. O edital não pode conter cláusulas que representem barreiras impeditivas de participação no procedimento, a quem realmente tem condições de participar ou a quem realmente esteja disposto a se instrumentar para participar”

Em observância a estes princípios, a Lei Federal nº 8.666/93 em seu artigo 7º, § 5ª, veda expressamente a preferência por marca ou descrição de especificação exclusiva, com o fim de impedir qualquer discriminação entre os licitantes, conforme passamos a verificar:

Art. 7º, § 5º, Lei Federal nº. 8.666/93: “**É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas**, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.” (grifo nosso)

Ao exigir que para um licitante participe deste certame e, que somente poderá fornecer os itens com determinadas especificações mínimas que, em conjunto, somente são verificadas na marca Convatec, resta clara a preferência por tal marca.

Ademais, se o referido vício se não for sanado através da retificação do Edital, poderá acarretar a anulação do processo licitatório pelo Tribunal de Contas competente, fato que, acarretaria prejuízo ainda maior à Administração Pública, pois esta arcaria com o ônus e delonga de uma nova licitação.

Isto porque, não pode a livre concorrência ter sua eficácia frustrada por exigência desnecessária, a qual somente vincula o objeto licitado a uma única empresa, enquanto outras diversas empresas que podem oferecer bens similares ou melhores ficam impedidas, por exigência restritiva e direcionada do instrumento.

Neste sentido, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo já emitiu outras decisões específicas sobre casos de editais de licitação com exigências excessivas. Uma



delas é o Acórdão nº 1262/15, que determinou a anulação de um pregão presencial por entender que as exigências do edital eram excessivas e que poderiam restringir a competitividade do certame.

Ademais, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo já emitiu algumas recomendações sobre o assunto em tela.

Uma delas é a Decisão Normativa nº 1, de 30 de janeiro de 2019, que estabelecem diretrizes e orientações para a elaboração e julgamento de editais de licitação no âmbito do Estado de São Paulo.

Essa decisão normativa destaca a necessidade de que os editais de licitação sejam claros, precisos e objetivos, evitando-se exigências desnecessárias e que possam restringir a participação de potenciais concorrentes.

Em resumo, o TCE-SP tem se posicionado a favor da elaboração de editais claros, objetivos e com exigências que sejam realmente necessárias para a realização do objeto da licitação, evitando-se exigências excessivas e que possam restringir a participação de potenciais concorrentes.

Conforme exposto, a Doutrina e a Jurisprudência são unânimes ao afirmar que a licitação deve buscar o maior número de participantes, estimulando a concorrência, vez que a Administração só tem a ganhar ao receber diversas propostas, de onde certamente surgirá aquela mais interessante e vantajosa para o erário e, indiretamente para toda a coletividade.

Deste modo, conclui-se que a manutenção do edital, tal como redigido, caracteriza violação aos princípios da Legalidade, Isonomia e Competitividade, aqui aplicáveis por força de expressa previsão legal, artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93, maculando de vício de nulidade o presente processo licitatório.

Sendo assim, deve-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição, pois o efeito prático disso será a diminuição do universo de competidores, em franco não atendimento ao princípio da competição, de forma injustificada e arbitrária.

Nessa senda, tem-se como providência inafastável a exclusão das indigitadas especificações técnicas.

3. FUNDAMENTOS LEGAIS

Permitir a continuidade do certame tal como elaborado o Edital, terminará por ofender os princípios da legalidade, isonomia e da competitividade. Este princípio basilar encontra-se sedimentado na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 3º, já apresentado nesta peça impugnatória.

A teor do contido no articulado legal, são condições vedadas aquelas que se prestem a comprometer, restringir ou a frustrar o caráter competitivo da licitação e a estabelecer preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes.

Para melhor compreensão do alcance e sentido do princípio da competição, e entendimento acerca da necessidade de haver a maior competitividade possível, cumpre, em síntese apertada, conceituar o que é a licitação.

Segundo José dos Santos Carvalho Filho, licitação é²:

"o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico."

Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro, citando José Roberto Dromi³, trata-se de:

"procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitam às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração do contrato."

Os dois conceitos apresentam traços semelhantes, demonstrando, ambos, diversas características deste procedimento complexo que é a licitação.

Trata-se, portanto, da forma mais equânime que encontrou o Estado em contratar, de maneira sempre a buscar a melhor proposta para a Administração Pública.

² MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, Lumen Juris, 7ª ed., Rio de Janeiro, 2001, p. 188.

³ DIREITO ADMINISTRATIVO, Atlas, 13ª ed., São Paulo, 2001, p. 291.



A própria Lei Federal nº 8.666/93, em seu já transcrito art. 3º, caput, tratou de conceituar licitação, em conformidade com os conceitos doutrinários já vistos e apresentou os princípios ínsitos às licitações, norteadores da atividade exercida pelos administradores durante o certame público.

Logo, o exame da validade ou invalidade dos atos praticados durante o processo de licitação, incluindo-se do próprio instrumento de convocação à disputa, passará antes pela análise à luz destes princípios, enumerados e divididos por José dos Santos Carvalho Filho em princípios básicos e correlatos.

Especificamente quanto ao princípio da competitividade, tem-se que é inerente à essência da licitação, porque só podemos promover esse certame, essa disputa, onde houver competição.

É uma questão lógica.

Com efeito, onde há competição, a licitação não só é possível, como em tese, é obrigatória; onde ela não existe a licitação é impossível.

Em suma, o princípio da competitividade de um lado exige sempre em que se verifique a possibilidade de se ter mais de um interessado que nos possa atender, que nos possa fornecer o que desejamos.

Essa constatação determina ou não a promoção da licitação. Portanto, a competição é exatamente a razão determinante do procedimento da licitação, mas ele tem uma outra faceta que muitas vezes é desapercibida pelo operador do Direito.

Se a competição é a alma da licitação, é evidente que quanto mais licitantes participarem do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública encontrar o melhor contratado.

Sendo assim, deve-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição. O efeito prático disso será apenas a diminuição do universo de competidores, em franco não atendimento ao princípio da competição, de forma injustificada e arbitrária.

4. CONCLUSÃO



Assim, mostra-se imprescindível a alteração do Instrumento Convocatório, devendo ser acolhida a presente Impugnação, para excluir exigências e especificidades que preferenciem a marca Convatec.

Nestes temos,

Pede deferimento.

De Barretos/SP para Birigui/SP, em 3 de março de 2023.

LIVIA BRANCO CORREA
SILVA:30875062814

Assinado de forma digital por
LIVIA BRANCO CORREA
SILVA:30875062814
Dados: 2023.03.03 13:09:42 -03'00'

LIVIA BRANCO CORRÊA SILVA

MS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA



Birigui, 15 de Março de 2023

Ofício nº 178/2023-RNMS/SECSAÚDE

A Senhora.
Renata Natal
Pregoeira Oficial.

Assunto: Parecer conclusivo sobre avaliação de amostras – Pregão Eletrônico nº 13/2023

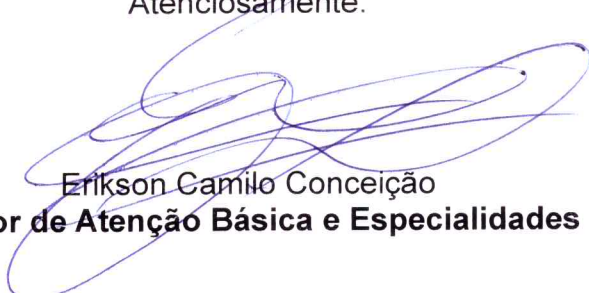
Prezada Senhora,


Em atendimento a solicitação de impugnação protocolada pela empresa M S PRODUTOS HOSPITALARES, CNPJ: 05.724.740/0001-94, referente ao edital nº 021/2023, Pregão Eletrônico nº 13/2023 cujo objeto é o “.REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CURATIVOS DIVERSOS A SEREM UTILIZADOS NO AMBULATÓRIO DE FERIMENTOS DA SECRETARIA DE SAÚDE PARA TRATAMENTO DE FERIDAS AGUDAS OU CRÔNICAS DE QUALQUER ETIOLOGIA DE MODERADO A INTENSO EXSUDATO, INFECTADAS LOCAL OU PROFUNDAMENTE OU AINDA COM RISCO DE INFECÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES, segue anexo resposta da diretoria de Atenção Básica e Especialidades, responsável pela elaboração o estudo técnico preliminar e descritivos dos materiais solicitados.

Aproveitando a oportunidade, solicitamos a reabertura do referido Pregão, pois os materiais em questão são de extrema importância para o atendimento de pacientes que necessitam de curativos especiais.

Certo em pode contar com vossa colaboração colocamo-nos ao vosso dispor para futuros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente.


Erikson Camilo Conceição
Diretor de Atenção Básica e Especialidades


Renata N. M. Serra
Enfª Comissão de Avaliação


21/03/22



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 46.151.718/0001-80

DEPTO REC. HUMANOS - Praça James Mellor s/ n – Centro CEP. 16200.057 - Tel. 18 3643 6000

AMBULATÓRIO DE FERIDAS COMPLEXAS E OSTOMIA

CENTRO DE ESPECIALIDADES – BIRIGUI

A Secretaria Municipal de Saúde de Birigui, diante de impugnação protocolada pela Empresa MS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, vem apresentar suas considerações a respeito dos aspectos apresentados, com a finalidade de esclarecer as razões que fundamentaram a elaboração do referido Edital.

Em primeiro momento, vale ressaltar que este edital está embasado juridicamente na Lei **14.133**:

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

§ 1º **O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:**

V - objetos que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, quando essas soluções e variações puderem ser

adotadas à livre escolha dos licitantes, conforme critérios objetivamente definidos no edital de licitação.

Vale ressaltar que o tratamento das feridas depende da evolução do processo de reparação tecidual, incluindo métodos clínicos e cirúrgicos, sendo o curativo o método clínico mais frequentemente utilizado. Os curativos são utilizados para melhorar as condições clínicas e emocionais do paciente.

A dificuldade na cicatrização de feridas é um desafio para os serviços de saúde financeira e cientificamente, com consequências negativas na vida dos pacientes, portanto a Secretaria Municipal de Saúde adota a realização de testes prévios, oportunizando a todas as empresas a submissão de seus produtos, inclusive a empresa impugnante submeteu seus produtos a teste.

Após o período de testes conduzido por profissionais capacitados, incluindo enfermeira estomaterapeuta, é verificado os produtos que apresentaram melhor desempenho e efetividade na evolução de feridas, sendo todos embasados em pesquisa científica quanto aos componentes dos produtos. Portanto, chegou-se à conclusão de que a composição apresentada nos produtos descritos no edital, indicou melhores resultados em relação a custo benefício.

Os produtos foram definidos após resultados obtidos nos pacientes do município, onde 16 itens foram selecionados, possibilitando várias marcas de participarem.

Com base nesta assertiva, vimos respaldar nossa solicitação, o que não caracteriza nenhum conflito de interesse e sim a necessidade de termos produtos que melhor atendam nossa proposta de trabalho, aplicando sempre a primícias de “acolher o ser humano portador de feridas em sua complexidade com efetividade, disponibilidade, sensibilidade, paciência, humildade, conhecimento científico, habilidades e atitudes nos momentos de sofrimento, medo, ansiedade, dúvida, impotência e abandono para interagir e ajudar o outro de forma segura, empática e integral. Obviamente espera-se que o produto utilizado em nossos pacientes não fique preso a marcas e rótulos, mas sim a efetividade e custo benefício.

Como se verifica a partir das explicações técnicas acima expostas, há fundamentos importantes que justificam os descritivos do presente Edital. Deste modo, diante dos esclarecimentos, solicitamos prosseguimento do processo licitatório.

Tassia Paludetto Silveira
Enfª. Resp. Amb. De Feridas
COREN:162431

T. Paludetto


Erikson Camilo Conceição
Diretor da Atenção Básica e Especialidades



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ - 46.151.718./0001 – 80

Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos

Birigui/SP, 23 de março de 2.023.

Ofício Especial

Assunto: Manifestação à Impugnação pela empresa MS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA (doc.anexo), ao edital do Pregão Eletrônico nº 013/2023 (registro de preços para aquisição de curativos diversos a serem utilizados no Ambulatório de Ferimentos para tratamento de feridas agudas ou crônicas de qualquer etiologia de moderado a intenso exsudato, infectadas local ou profundamente ou ainda com risco de infecção).

Senhor Licitante:

Informo que respaldada pela manifestação da Secretaria requisitante, decido pelo indeferimento do pedido de Impugnação apresentado por esta conceituada empresa.

Alega a empresa impugnante MS, interessada em participar do certame, analisou os termos e condições de disputa e verificou que o Edital, ao elencar as especificações técnicas dos itens 9, 10, 14, 15 e 17, exige características que prejudicam a competitividade, pois as particularidades especificadas em cada item beneficiam apenas uma empresa. Descrevendo os itens supra mencionados, constatou que a exigência cumulativa das especificações dos itens destacados somente poderá ser atendida pela empresa Convatec, implicando clara preferência por marca e alijamento da oferta de outros produtos manufaturados por outras empresas, à guisa de qualquer justificativa técnica que assim dispusesse, o que é vedado pelo ordenamento jurídico.

Cita então os descritivos da Convatec onde comprova o direcionamento dos produtos referentes aos itens citados. Informa que o resultado dessas exigências é que o Edital termina por inserir restrição incompatível com os princípios inerentes às contratações efetuadas pelo Poder Público, por meio de pregão, todos insertos na Lei Federal nº 8666/93 em seu artigo 3º. Salienta que ao exigir que os itens



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ - 46.151.718./0001 – 80

Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos

sejam fornecidos com atendimento destas especificações, as quais somente poderão ser atendidas por uma única empresa, sem qualquer justificativa para tanto, impede-se que outros licitantes ofertem seus produtos, os quais atingiriam exatamente o mesmo resultado esperado, ou até mesmo melhor, que é o cuidado e manutenção no tratamento de feridas agudas ou crônicas de qualquer etiologia de moderado a intenso exsudato, com infecções locais ou profundas dos usuários do Ambulatório de Ferimentos da Secretaria de Saúde de Birigui.

Dispõe que o certame tem como princípio basilar a isonomia entre os licitantes, buscando a máxima competitividade com o fim de alcançar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, sendo vedada as exigências editalícias que apenas impedem a participação de empresas na licitação, ferindo o princípio da isonomia.

Explana que ao exigir que para um licitante participe deste certame e que somente poderá fornecer os bens com determinadas especificações mínimas que em conjunto, somente são verificadas na marca Convatec, resta clara a preferência por tal marca, e que se o referido vício não for sanado através da retificação do Edital, poderá acarretar a anulação do processo licitatório pelo Tribunal de Contas competente, fato que, acarretaria prejuízo ainda maior à Administração Pública, pois esta arcaria com o ônus e delonga de uma nova licitação, isto porque não pode a livre concorrência ter sua eficácia frustrada por exigências desnecessárias, a qual somente vincula o objeto licitado a uma única empresa, enquanto outras diversas empresas que podem oferecer bens similares ou melhores ficam impedidas, por exigência restritiva e direcionada do instrumento.

Cita então o Tribunal de Contas sobre emissão de outras decisões específicas sobre casos de editais de licitação com exigências excessivas, concluindo então que a manutenção do edital, tal como redigido, caracteriza violação aos princípios da legalidade, isonomia e competitividade, devendo-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público que restrinja a competição, dentre outras alegações.

Solicita então, que seja acolhida a impugnação com a alteração do Instrumento Convocatório para excluir exigências e especificidades que preferenciem a Marca Convatec.

Ao ser questionada, a Secretaria de Saúde, requisitante, solicitou através do seu ofício nº 178/2023-RNMS/SECSAUDE a retomada do referido Pregão, que após resposta da Diretoria de Atenção Básica e Especialidades onde diz haver fundamentos importantes que justificam os descritivos exigidos (doc.anexo), opta pela manutenção dos itens solicitados, pois os produtos foram definidos após resultados obtidos nos pacientes do município, onde 16 itens foram selecionados, possibilitando várias



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ - 46.151.718./0001 – 80

Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos

marcas de participarem.

Quanto ao descritivo dos itens, por se tratar de função estritamente técnica, cabe a Secretaria requisitante responsável assumir a responsabilidade pela sua especificação.

Logo, se a Secretaria requisitante optou por manter os descritivos exigidos no Instrumento Convocatório, à Sra. Pregoeira não compete interferir na decisão, cabendo somente cumpri-la.

Nesse sentido, permanecem inalteradas as especificações exigidas dos itens nº 09, 10, 14, 15 e 17 do Anexo I, com designação de nova data de abertura do referido Pregão Eletrônico com a retificação anexa referente a alteração do prazo de entrega.

Certos de v/ especial atenção e de pronto atendimento, subscrevemo-nos,
mui,

Atenciosamente.

Renata Aparecida Natal Zago

Pregoeira Oficial

